



“Histórias do Trabalho no Sul Global”

“Historias del Trabajo en el Sur Global”

“Labour Histories from the Global South”

I Seminário Internacional de História do Trabalho

V Jornada Nacional de História do Trabalho

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

25-28 de Outubro de 2010

Parece mais não é: processos eleitorais, posturas políticas e culturas classistas na região canavieira de Pernambuco 1878-1885

Beatriz Brusantin

“Parece mas não é” é uma figura (personagem) do folguedo do Cavalo Marinho, manifestação cultural típica da zona da mata norte de Pernambuco e realizada, tradicionalmente, pelos trabalhadores rurais da cana. A grande peculiaridade deste personagem é que o brincante ao vesti-lo coloca duas máscaras na cabeça, uma no rosto, na frente, e outra atrás da cabeça. A imagem, portanto que se estabelece é de um ser que possui duas faces: parece que é uma coisa, mas ao virar é outra. Em outras palavras, duas faces da mesma moeda.

Assim, o trocadilho expressado no título se encaixa duplamente com esta comunicação. Primeiramente porque a manifestação trata-se de uma construção cultural inserida no contexto social foco desta pesquisa. No teatro popular do Mamulengo, outra manifestação típica na mesma região e realizada pelos mesmos trabalhadores, também podemos observar um boneco com duas faces, no entanto, neste caso, este se chama Político. Provavelmente, figuras e bonecos produzidos pelos trabalhadores da cana se

inspiraram nas mesmas fontes. Conjunturas locais de uma realidade açucareira de proprietários, capitães, senhores, usineiros, vereadores e prefeitos de muitas qualidades. Características vivas da realidade e reconstruídas ricamente na arte.

O segundo encaixe ocorre quando observamos a dinâmica sócio-política do final da década de 70 e início da de 80 do século XIX na mata norte Pernambucana, especificamente, na comarca de Nazareth. As discussões no Congresso Agrícola de 1878, principalmente, liderada por Henri Milet, depois a rejeição eleitoral de Joaquim Nabuco e em seguida sua vitória pelo 5º distrito, em 1885, leva-nos a pensar qual a face da cultura política pernambucana nas vésperas da abolição. Ou talvez, as faces?

Desse modo, nesta comunicação pretendo discorrer sobre as discussões da classe dos proprietários, principalmente, a respeito do fim da escravidão, refletindo como essa conjuntura influenciou as perdas e a vitória de Joaquim Nabuco e como, dinamicamente, aferiu as identidades ou conflitos sócio-políticos entre os proprietários, e entre escravos, trabalhadores livres e seus senhores e patrões.

A cultura açucareira pernambucana: a comarca de Nazareth

A comarca de Nazareth, foco desta pesquisa, localiza-se na Mata seca da Zona da Mata Norte de Pernambuco. De área total, a Zona canavieira ou Zona da Mata (originalmente assim denominadas em função das grandes florestas que a recobriam) compreendia toda a extensão dos 170 km da linha costeira da província, penetrando 60 km para interior ao Norte e 130 km ao Sul. A Zona constituía, a grosso modo, 16 km da área da província, uns 15 mil km².¹ A produção de açúcar dominou a Zona da Mata entre o começo e o fim do século XIX quando o número de plantation de cana cresceu de 500 para mais de 2 mil. Entre a década de 1850 e o fim do decênio de 1880 o número de engenhos cresceu de 1.300 para 1.650, um aumento de 27% que contribuiu indiscutivelmente – juntos com modificações tecnológicas que melhoraram a produtividade - para mais de dobrar a produção de açúcar entre tais datas.²

No período final do Império, com a política de modernização do país, que estimulou a imigração estrangeira, a implantação de estradas de ferro, e o melhorando das

¹ DE CARLI, Gileno. *Aspectos açucareiros de Pernambuco*. Rio de Janeiro, s.n., 1940.

² Por outro lado, dos anos 1890 à primeira década do século XX, houve decréscimo em vez de aumento da produção – 8%.

condições de navegação de cabotagem e fluvial, a indústria açucareira sofreu modificações, entre elas, o programa de implantação de Engenhos Centrais subsidiados pelo governo. A idéia era separar a atividade industrial da agrícola, fazendo com que os banguzeiros desistissem da produção industrial, desmontassem os seus bangues e passassem a ser produtores das canas a serem industrializadas pelos Engenhos Centrais,³ já que estes não poderiam desenvolver atividades agrícolas nem utilizar a força de trabalho escrava. Muitos fatores, como a presença de ferrovias ou a posse e o uso das terras, podiam colaborar ou prejudicar para que certas localidades pernambucanas se desenvolvessem mais ou menos.

Quanto a posse e o uso da terra, por exemplo, segundo Eisenberg, embora os plantadores de cana possuíssem a maioria da Zona da Mata bem pouco a utilizavam, produtivamente. Na década de 1850, provavelmente, eles não empregavam mais de 1/5 das terras disponíveis. Calcula-se que os agricultores, de meados do século XIX utilizavam entre 33, 4% e 45, 2% das terras cultiváveis da Zona da Mata. A concentração de terra – em 1857 – em Sirinhaém, a sudeste de Escada, 4 famílias produziam 37% do açúcar de um grupo de 73 engenhos, e em Nazareth, na Mata seca do noroeste da província, 6 famílias controlavam 57,7% de toda a produção açucareira.⁴

A fundação dos Engenhos Centrais e Usinas também não se deram de forma homogênea pela Zona da Mata. Em Pernambuco, em 1884, foram fundados 4 engenhos centrais. Porém, ao mesmo tempo em que o governo financiou as companhias para a implantação dos engenhos centrais, alguns senhores de engenho e comerciantes, que possuíam várias propriedades e capitais, passaram a implantar fábricas idênticas do ponto de vista técnico, mas que havia o controle, por uma pessoa física ou por uma empresa, de toda a atividade econômica, desde o plantio da cana até a produção do açúcar ou do álcool e da aguardente. Essas unidades eram chamadas de Usinas e deram início a uma disputa de áreas de influências com os Engenhos Centrais.

Para Andrade, as duas últimas décadas do século XIX foram os períodos em que a Usina sofreu o seu impulso inicial em Pernambuco, estado líder da produção açucareira no Nordeste, surgiram, entre 1885 e 1900, cerca de 50 usinas. A instalação, porém, era feita sem o estudo prévio das condições existentes, sem a análise das áreas de influência que

³ LIMA SOBRINHO, 1941.

⁴ Idem, p. 151.

caberiam a cada Usina que freqüentemente era instalada por pessoas ou firmas que não dispunham de capital necessário à movimentação de uma grande indústria. Tanto que muitas dessas usinas então instaladas, no século XX se tornaram de “fogo morto”, tendo encerradas as suas atividades industriais poucos anos após a instalação. Também raros foram os fundadores de usinas que se mantiveram como proprietários das mesmas. A maioria, sem dispor de capital, endividou-se passando a indústria a terceiros. Muitas delas fundadas nesse período – cerca de 25 – na segunda metade do século XX não existiam mais.⁵

Entre os Engenhos Centrais e Usinas fundados até 1910 em Pernambuco, dos 71 listados por Eisenberg⁶ apenas 7 estavam localizados na Zona da Mata Norte, sendo que na Mata úmida Sul, com concentração em Escada e Ipojuca, existiam 42 fábricas desse porte. Vale ainda ressaltar que dentre as 7 fábricas da Mata Norte, nenhuma estava localizada na comarca de Nazareth ou Goiana. Sugerimos, portanto, que a Zona da Mata Norte, e mais, especificamente, a comarca de Nazareth possuía um perfil de Engenhos Bangüês, os quais apesar da concorrência dos engenhos centrais e usinas, se mantiveram em funcionamento, provavelmente com dificuldades, durante a segunda metade do século XIX e até as primeiras décadas do XX.

Com menores capitais, técnicas mais atrasadas, baixa produtividade e pondo no comércio um produto de qualidade inferior, o bangüê resistiu como pode ao surto usineiro, voltando-se para o mercado consumidor regional. A reação do bangüê fez-se com tal energia que, apesar de sua fraqueza econômica e das vantagens conseguidas pelos usineiros perante as instituições governamentais, só no fim da década de 1951-60, veio praticamente a extinguir-se. Assim, o bangüê reagiu por mais de 70 anos à investida das usinas.

Quanto à mão de obra utilizada na produção do açúcar ao Norte do Recife, eram raros os senhores de engenho ricos que possuíam numerosa escravaria e sólidos sobrados. Freqüentemente nessa região os senhores de engenho, por não poderem adquirir escravos

⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do nordeste*. 4ª edição, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 94.

⁶ EISENBERG, P. *Modernização sem mudanças*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 126-129.

devido a seu alto custo⁷, para suprir a necessidade de braços, facilitarem o estabelecimento de moradores em suas terras, com a obrigação de trabalharem para a fazenda. Surgiu assim, aquilo que se chamou “moradores de condição”, constituindo grande parcela dos trabalhadores do campo na segunda metade do século XIX e até o XX.⁸ Para Andrade, em Pernambuco, sobretudo, ao Norte, na Mata seca, o trabalho assalariado era nesse período de uso generalizado. Henri Milet, afirmou que a supressão do tráfico não trouxera prejuízo uma vez que a produção aumentou depois de 1855. Salientou que as lavouras de algodão eram feitas quase inteiramente por assalariados, assim como “mais da metade da lavoura da cana de açúcar, pela proporção cada vez mais importante que representava, na safra dos engenhos, o quinhão devido aos plantadores livres, isto é, ao sistema de parceria”⁹. Só certos trabalhos mais pesados, como o corte, transporte e manipulação das canas, continuavam a ser feitos quase unicamente por escravos.

Concomitantemente com o processo de industrialização e modernização dos engenhos no decênio dos 80 do XIX, o sistema escravista entra em decadência e surge a questão da mão de obra que, desde os fins da década de 60 do século XIX até 1888, ocupou progressivamente as mentes de parlamentares, senhores e comerciantes no Brasil. Começou a surgir a construção de novas formas de relações cotidianas dentro dos engenhos. Diferentemente do Recôncavo Baiano onde a abolição do cativo recolocou o problema da mão de obra no centro da discussão sobre o processo de “transição” para o trabalho livre no setor açucareiro,¹⁰ para Eisenberg os fazendeiros pernambucanos não resistiram energicamente à abolição gradual da escravatura porque a mão de obra livre e barata era francamente disponível. Substituíram o trabalho escravo por mão de obra livre sem fazer qualquer concessão material aos trabalhadores livres que, antes ou depois de 1888, poucos chegaram a viver melhor do que os próprios escravos.¹¹

Todavia, a meu ver, vale ressaltar que o uso, o desuso e as escolhas do tipo da mão de obra da cana, assim como a utilização da terra pelos proprietários pernambucanos

⁷ Segundo Andrade, o preço de um escravo era bastante elevado, pois custava cerca de 900 francos, enquanto um boi custava, geralmente, 200 francos e um cavalo, 70 francos. Assim, em média um escravo valia cerca de 4 bois ou 13 cavalos. ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do nordeste*. 4ª edição, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 88.

⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do nordeste*. 4ª edição, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 87- 90.

⁹ Milet, Henri. *O quebra Kilos e a crise da lavoura*. Op cit. ANDRADE, op cit. 1980, p. 92.

¹⁰ FRAGA FILHO, 2004, p. 203.

¹¹ EISENBERG, 1977, p. 201.

estavam relacionados com a crise do açúcar, sua recuperação, e com as medidas políticas contra a escravidão. Fatores, por sua vez, que eram também construídos conforme as características locais de cada sociedade canavieira. Assim, também é importante pensar como as flutuações econômicas e/ou políticas e/ou sociais influenciaram o cotidiano do trabalhador da cana, principalmente, o escravo que podia se sentir mais ou menos seguro quanto a sua estabilidade junto a sua família, companheiros e/ou à moradia, e/ou com mais ou menos oportunidades para buscar novos caminhos. Nesse sentido, para refletir sobre o trabalhador rural nesse período, suas escolhas e suas “apropriações” pela classe proprietária, é necessário, sobretudo, analisar as dinâmicas que ocorreram fora e dentro deste setor social. Desse modo, se buscamos refletir sobre os “conflitos de classes”, teremos que verificar os processos sócio-econômicos e políticos na classe dos trabalhadores e na classe dos proprietários, dialogicamente com suas particularidades locais.

Ao observar a dinâmica sócio-econômica da década de 70 em Pernambuco, constatamos que muitas transformações ocorridas nos anos 80 tiveram seu berço em 70. Neste período verificamos a aprovação da lei de 1871, várias crises na economia açucareira, o início da instalação dos Engenhos Centrais e Usinas, as secas de 77 e 78, o Congresso Agrícola de Recife, a Lei de Locação de Serviços de 1879 e a queda do mercado de escravos (1880-1883).

Esses acontecimentos influenciaram os rumos dos trabalhadores rurais, seja ele, imigrante, escravo ou nacional, nas terras pernambucanas. Assim, por um lado presenciamos a elite política e intelectual discutindo a crise do açúcar e suas soluções; e ao mesmo tempo, constatamos, na Zona da Mata Norte pernambucana, revoltas populares como o Quebra Quilos; uma série de ações de liberdade, grupos de sediciosos sendo perseguidos pela polícia, novos grupos religiosos buscando espaços ao lado dos católicos na cena social, Conservadores e Liberais em disputas praticamente cotidianas que envolviam escravos, trabalhadores livres e “criminosos”, entre outras manifestações sociais locais reflexos da dinâmica política e sócio-econômica do período.

O foco dessa pesquisa, a comarca de Nazareth, nos traz informações peculiares de uma localidade que aprofunda e amplia as discussões sobre as dinâmicas sociais, políticas e culturais da região canavieira pernambucana neste momento histórico. Para esta comunicação, vale ressaltar dois aspectos que influenciaram as classes sociais rurais nas

décadas de 70 e 80 do século XIX. Primeiro, a questão da mão de obra escrava nas vésperas da Abolição e segundo, as discussões abolicionistas e a política de Joaquim Nabuco.

Na década de 70 do XIX, alguns jornais locais deram indícios de que na comarca de Nazareth existiam seguidores dos ideais liberais e até abolicionistas. Assim, foi, por exemplo, O Jornal “O Thermômetro”, criado em 1879 após o fim do “Correio de Nazareth”, ambos com o mesmo editor e redator Luiz José Cavalcanti da Silva, e que durou até 1885. Durante sua circulação era clara sua classificação: um órgão democrático. Assumiu caráter nitidamente político, combatendo a oligarquia da família Souza Leão e pondo-se ao lado da campanha em favor da abolição da escravatura participando da luta política que reconduziu Joaquim Nabuco ao Parlamento. Sua repercussão chegava até Recife através do jornal “O Recife” que o considerava porta voz de todos os movimentos sociais e particularmente dos que visavam à defesa dos escravos. Assim, em 1886 fundava-se a Sociedade Humanitária e Emancipadora Nazarena, nos moldes da que já existia no Recife e com a finalidade de defender a causa dos escravos e fazer propaganda dos ideais abolicionistas.

Sinais desses ideais abolicionistas vieram ecoar também nas eleições de 1885. Em junho de 1885, Joaquim Nabuco concorreu a candidatura pelo 5º distrito de Pernambuco que era composto pelas freguesias de Nazareth, Tracunhaém, Bom Jardim e Limoeiro. Nabuco, numa campanha de “extrema moderação” venceu por 366 votos contra 258 do adversário Francisco do Rego Barros de Lacerda.¹² O Jornal da Tarde em Recife divulgava a “homenagem ao eleitorado independente do 5º Distrito aos abolicionistas sinceros e ao país.”¹³

Segundo Izabel Marson, o 5º distrito era composto por engenhos no geral medianos, “sendo tradicionalmente um território liberal (inclusive praieiro no passado), contudo, refratário ao discurso abolicionista”.¹⁴ Essa caracterização “refratário” ao discurso abolicionista merece um olhar minucioso para percebermos as nuances das

¹² MARSON, Izabel. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia, EDFU, 2008, p. 266.

¹³ Jornal da Tarde, Recife, 8/06/1885. A Imprensa Pernambucana e a Abolição. Arq.8 gaveta 3. FUNDAJ/Recife. O grupo abolicionista nazareno incentivou também os movimentos sócio-culturais da comunidade, como, por exemplo, o Clube Familiar Dramático ou o Centro Literário e Recreativo.

¹⁴ Idem.

relações entre a classe dos proprietários do 5º distrito, a política liberal e Joaquim Nabuco. O quadro das eleições se fez da seguinte maneira:

Eleição do 5º Distrito 1885 – Resultado¹⁵

Freguesia	Votos para Joaquim Nabuco	Votos para Francisco de Lacerda
Nazareth	51	33
Tracunhaém	43	41
Vicência	57	50
Lagoa Seca	30	13
Bom Jardim	185	119
Final	366	256

O município de Nazareth era composto por Tracunhaém, Vicência e Lagoa Seca, quatro dos cinco locais que elegeram Nabuco. Apesar de Nazareth ter colaborado com 181 votos para o abolicionista, 49,4% dos votos recebidos por Joaquim Nabuco, também foi responsável por 53,5% dos votos que Lacerda recebeu. No geral, os votos para Nabuco provindos de Nazareth representou apenas 29% do total de votos, enquanto os votos para Lacerda representou 22% do total. Era, portanto, bem dividida as preferências políticas no município de Nazareth. Por um lado, de fato neste existiram pessoas que foram ligadas ao movimento liberal praieiro, jornais que nos anos 80 publicaram matérias com claras tendências abolicionistas, e um eleitorado que majoritariamente votou em Nabuco; por outro lado, a maioria dos votos do 5º Distrito recebidos por Lacerda, o qual realizou uma campanha acusando Nabuco de abolicionista intransigente e inimigo da propriedade, veio do município de Nazareth. Diante desse quadro, vale ressaltar que nas eleições de 1885, Joaquim Nabuco, historicamente um abolicionista ardoroso, propôs uma campanha mais moderada, o que, certamente, teve um grande peso para que ele conseguisse a maioria dos votos do eleitorado nazareno e vencesse a eleição. Temos indícios, portanto, de que os proprietários dos engenhos e dos escravos da comarca de Nazareth optaram em sua maioria pelo candidato que se fez “moderamente” liberal, mas, cuja campanha não tocou em propostas polêmicas com referência a abolição imediata sem indenização, a lei agrária, o incentivo ao capital estrangeiro e a crítica aos redutos eleitorais no interior.¹⁶ Ao mesmo tempo, percentualmente, constatamos que no município de Nazareth nos anos 80 do XIX

¹⁵ “Homenagem ao eleitorado independente do 5º Distrito aos abolicionistas sinceros e ao paiz”. In: Jornal da Tarde, Recife, 08/06/1885. A Imprensa Pernambucana e a Abolição arq. 8 gav. 3 FUNDAJ

¹⁶ MARSON, 2008, p. 266.

existia uma dupla tendência política, obviamente, causadora de vários conflitos sócio-políticos no período.

Nos estudos de Marson e Tasinafo, podemos constatar que a trajetória de Joaquim Nabuco para chegar a esse pleito em 1885 foi longa e repleta de debates que, algumas vezes, fizeram o abolicionista recuar ou avançar em suas idéias sobre as possíveis soluções para os problemas da lavoura e da mão de obra no nordeste. Para entender melhor esse caminho, Marson cruzou as idéias de Nabuco e do engenheiro Henrique Milet trazendo à tona profundas questões que preocupou economicamente, socialmente e politicamente a classe dos senhores proprietários e, que sinaliza algumas razões da resistência dos eleitores pernambucanos à candidatura abolicionista no pleito de 1878 e nos seguintes de 1884, 85 e 86. Para Izabel Marson apesar de Nabuco e Milet se empenharem na consolidação de uma “classe média”, sustentáculo de uma monarquia forte e moralizada, seus projetos se excluíam. Enquanto o abolicionista a compreendia como uma categoria social a se constituir com o fim do monopólio da escravidão, da propriedade territorial e da casta dos senhores “inexpugnável com seus feudos”, “verdadeiros ergástulos agrários”, Milet pensava em uma classe média ali presente, porém, em vias de extinção se não fosse amparada pelo Estado e se as expectativas abolicionistas vingassem.¹⁷

Como constatamos a Zona da Mata Norte, mais especificamente, o município de Nazareth possuía evidências históricas de uma sociedade canavieira que predominantemente se manteve atrelada a um universo sócio-econômico marcado por sistemas de trabalho e produção de engenhos bangüês, e que com tendências liberais no pleito de 1885 elegeu Joaquim Nabuco, um abolicionista, ainda que na cena política existisse uma forte adesão ao candidato oposicionista. No mais, temos evidências segundo autores como Eisenberg e Manuel de Andrade que Pernambuco, e principalmente, a Zona da Mata Norte desde o fim do tráfico transatlântico de escravos, tinha como mão de obra predominante a livre, sendo a utilização da mão de obra escrava reduzida cada vez mais, o que indicou um fim da escravidão sem grandes problemas para os proprietários. Essa gama de informações, no entanto, leva-nos a questionar como de fato e, especificamente, foi a presença de escravos e livres na região da Zona da Mata a partir da segunda metade do XIX. Será realmente que a mão de obra escrava era tão sub-utilizada nas últimas décadas da escravidão nessa região? Qual era o perfil sócio-político da sociedade

¹⁷ MARSON, 2008, p. 194.

canavieira pernambucana que elegeu Joaquim Nabuco em 1885? O que de fato significou “um fim de escravidão sem grandes problemas para os proprietários”?

Em contraposição a essas afirmações, a partir de uma análise quantitativa dos números de escravos da mata norte pernambucana, concentrando em Nazareth (detalhes que não cabem esboçar na íntegra nessa comunicação), constatei que a comarca de Nazareth constituiu-se como uma sociedade canvieira que se manteve economicamente com engenhos bangüês e com uma comunidade escrava enriquecida por laços familiares e em certo crescimento interno entre 1873 e 1887. A dupla presença em Nazareth de engenhos medianos e de uso da mão de obra escrava até a véspera da abolição nos traz uma visão particular interessante.

Para proprietários medianos em sua maioria, a posse de escravo valia muito, fosse como capital ou como mão de obra. No mais, ainda que a mão de obra livre fosse utilizada desde a década de 50, em tempos de crise e em condições financeiras difíceis, certamente era problemático para estes proprietários proporem algum tipo de remuneração. Nestas situações, a condição escrava era uma opção necessária, ou de outro modo, a liberdade escrava sob condições de trabalho era muito útil, possivelmente, por isso, entre outros fatores, nesse período Nazareth apresentou um alto percentual de alforrias. Vale ressaltar, que muitas destas alforrias vieram pelo Fundo de Emancipação, a indenização tão desejada pelos seguidores de Henri Milet. Portanto, a taxa alta de alforrias, não necessariamente revela-nos que Nazareth possuía um forte perfil político abolicionista.

Ainda que existisse uma corrente aderente ao abolicionismo, a qual era veiculada pelo jornal *O Thermômetro*, depois *O Recife*, e que provavelmente votou em Nabuco em 1885, ainda assim, acredito em condições para o fim da escravidão estritamente ligadas a um fim lento do sistema de cativo incluindo indenizações ou alguma espécie de pagamento aos proprietários. Em 1887, ainda existiam muitos escravos na comarca, e muitos senhores por seu perfil econômico precisavam deles. Por outro lado, a sociedade nazarena era dividida politicamente, e assim, não fugiu ao perfil exposto no Congresso Agrícola de Recife de 1878, no qual ficou explícito o racha na classe dos proprietários canvieiros: pequenos e médios proprietários de um lado, e grandes proprietários de outro.

A classe de separa? As discussões no Congresso Agrícola do Recife, Joaquim Nabuco e Henri Milet

Contendo ricos indícios sobre que atmosfera político-ideológica as ações repressivas das autoridades e as ações de revolta, ou de passividade, dos trabalhadores, as falas do Congresso de Recife sugerem-nos os caminhos ideológicos e as propostas de ação dos proprietários que produziam açúcar e precisavam continuar produzindo, no entanto, estavam sentindo na pele a nova frente de trabalhadores que iriam tomar a cena. Indicamos, sobretudo, medos e problemas implícitos nas idéias de superação de uma crise que não era apenas econômica, mas também uma crise na estrutura sócio-política escravista e na grande lavoura exportadora.

Segundo os estudos de Izabel Marson, as atas das reuniões registraram uma competição interna no Congresso, que antagonizou pequenos e médios produtores e financistas associados a senhores de engenho de maiores recursos. Para a autora, representado estes últimos se colocou Antonio Coelho Rodrigues. Do outro lado a figura que representou os pequenos e médios agricultores foi Henrique Milet. Os depoimentos do engenheiro foram contundentes: a renovação das práticas agrícolas, em grande escala, não fazia parte das possibilidades e dos anseios imediatos da maior parte dos proprietários da região, até porque, “para suas pequenas empresas, era desnecessária naquele momento”. Revelou também que a argumentação fundada no *laissez-faire*, na ciência, na transferência dos conhecimentos praticados na Europa e na condenação da rotina e da falta de instrução emergia como proposição política identificada com grandes financistas e proprietários, signatários, no Império, de uma orientação econômica liberal. No entanto, em sua exteriorização, nos Pareceres e Relatórios oficiais, aparecia generalizada a toda sociedade, desqualificando e impondo-se sobre as solicitações de uma já existente pequena propriedade.¹⁸

Dentro desse campo de discussões gerado nesse período, Izabel Marson, contrapondo as falas de Joaquim Nabuco e Milet, buscou encontrar as razões pelas quais o eleitorado pernambucano tivesse resistido à candidatura abolicionista nos pleitos de 1878 e nos seguintes de 1884, 85 e 86. Segundo a autora, enquanto Nabuco, enredado na vivência parlamentar, pensou um projeto de reforma da política da sociedade monárquica

¹⁸ MARSON, 1999, p. 303-304.

a partir do argumento “feudalismo/latifúndio/servidão/escravidão”, Milet definiu origens e soluções para a “crise” da lavoura das províncias do norte especialmente envolvido em questões práticas da produção do açúcar. Embora reiterando a especificidade da situação brasileira e os problemas da herança da escravidão, ele recusou imagens inscritas em *O Abolicionismo* e nas *Conferências* proferidas por Nabuco nas campanhas abolicionistas. Conforme Marson demonstra em seu livro, os escritos de Milet sintonizam reivindicações de agricultores e senhores de engenho de modestos recursos, em nome dos quais debateu em emissários da Câmara, com financistas, com outros proprietários e com o projeto de Nabuco.¹⁹

Para Marson, o diálogo entre eles se restringia a alguns pontos, como a defesa do direito de associação, a recusa dos trabalhadores asiáticos e do subsídio à imigração européia, além da condenação aos impostos. Discordavam em todas as outras proposições: nas expectativas sobre a monarquia e a “classe média”, nas formas de incentivo do Estado, no perfil adequado para os engenhos centrais, na concepção da política monetária, da escravidão, do trabalho livre e dos direitos dos proprietários de escravos.²⁰ Milet, por exemplo, contrapôs a preservação de alguns protecionismos, a intervenção do Estado na área financeira, a emissão de títulos, a criação de uma circulação fiduciária controlada e a redução dos impostos e dos juros. Condenou à exaustão os defensores do *laissez-faire* ou os “aclimatores” das instituições estrangeiras.²¹

No calor dessas condenações, o projeto abolicionista de Nabuco ressoava muitas sugestões dos críticos dos monopólios, dos adeptos do *laissez-faire* e da importação de ortodoxias econômicas liberais. Por outro lado, como afirma Izabel Marson:

“ não poderíamos reconhecer Milet, e em muitos outros proprietários de escravos, o perfil apresentado em *O Abolicionismo*, onde aparecem como obstáculos ao progresso (pela recusa a qualquer inovação), membros de uma casta de senhores, aliados dos Correspondentes, usufrutuários do monopólio da escravidão e da grande propriedade territorial e responsáveis pelos trabalhadores enclausurados, pelos servos da gleba, pela riqueza estéril e efêmera, porque reaplicada em escravos e no luxo; rotineiros, imprevidentes desinteressados.”²²

¹⁹ MARSON, Izabel. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia, EDFU, 2008, p. 194.

²⁰ MARSON, 2008, p. 254

²¹ MARSON, 2008, p. 255

²² MARSON, 2008, p.255.

Assim, para a autora, no confronto entre os cultuadores do *laissez-faire* e inovadores da agricultura e da indústria do açúcar – de um lado – e os rotineiros, atrasados e partidários das soluções nacionais – de outro, o programa de Nabuco estava mais próximo das expectativas dos grandes agricultores com recursos para implantar os maquinismos aperfeiçoados e recorrer aos trabalhadores livres do que as carências dos pequenos e médios proprietários. Como Milet bem defendeu em seus discursos, a sobrevivência destes proprietários dependia da preservação da rotina, da proteção do Estado e da manutenção da propriedade dos escravos “entendida como condição *sine qua non* das fábricas no presente e, no futuro, dos engenhos centrais montados com associações de pequenos produtores.”²³

Nesse sentido, Milet divergia de Nabuco especialmente na maneira de conceber a escravidão. Enquanto o abolicionismo tornara a propriedade escrava “crime e monopólio”, o engenheiro e senhor de engenho a compreendia como direito inalienável do proprietário no presente, passível de indenização, e forma de trabalho em gradativa extinção. A afinidade com essa idéia o tornou, um combativo emancipacionista, defensor do fim gradual do cativo pela morte dos trabalhadores existentes ou mediante a alforria indenizada com o consentimento dos proprietários.²⁴ Para Marson, as dificuldades de Nabuco eleger-se deputado por Pernambuco no pleito de 1878 e nos seguintes (1884, 1885 e 1886) denotam o quanto as idéias de Milet tinham ressonância junto aos eleitores.²⁵

A preservarem-se tais cobranças – a abolição gradual, a remodelação lenta e generalizada dos bangüês e os engenhos centrais para o final do século – assim como as proposições de Nabuco na legislatura 1878-81 e no *O Abolicionismo*, o jovem deputado não representaria a Província no Parlamento. Porém, em 1884, para concorrer pelo 1º Distrito da cidade de Recife, significativas alterações haviam ocorrido em seu discurso, nos partidos políticos e nos negócios do Império. Nas conferências e nos meetings, ele apresentou argumentos emancipacionistas partilhados por deputados liberais, conservadores e republicanos, aos quais acrescentou idéias do engenheiro André Rebouças

²³ MARSON, 2008, p. 256.

²⁴ Idem.

²⁵ MARSON, 2008, p. 261.

sobre a pequena propriedade e outras solicitações como a lei agrária e a formação da classe média.²⁶

Nabuco aproximou-se das sociedades abolicionistas, de setores republicanos e dos remanescentes dos cinco mil – artistas, pequenos comerciantes e funcionários públicos – parceiros essenciais na campanha contra o cativo. Por outro lado, o abolicionista moderado – prevendo a liberdade imediata dos escravos com indenização – ganhou apoio de comerciantes e financistas expressivamente representados no Congresso Agrícola de 1878, e esperançosos nos negócios propiciados pela instalação dos maquinismos aperfeiçoados, tanto na remodelação dos bangüês quanto na montagem de engenhos centrais como sociedade de grupos restritos: “Ou seja, a abolição (com ressarcimento) ganhava adeptos incondicionais e simpatizantes nas duas extremidades do colégio eleitoral do Recife, entre os eleitores urbanos, negociantes e entre os senhores de engenho”²⁷.

Joaquim Nabuco, no entanto, não assumiu o cargo e concorreu novamente em 1885 e dessa vez elegeu-se pelo 5º distrito. Nesse resultado, certamente influíram duas orientações específicas: “a decisão das lideranças da Corte de reunificar o partido numa Câmara que decidia, naquele momento, sobre a lei hipotecária e dos sexagenários; e a intervenção da chefia liberal na Província em favor de Nabuco”.²⁸ No mais, influiu ainda a extrema moderação da campanha: anunciou-se um programa a contento dos senhores de engenho e produtores de algodão, pois excluía os temas polêmicos apresentados no pleito do Recife (o incentivo ao capital estrangeiro, a abolição imediata sem indenização, a lei agrária e “a crítica aos redutos eleitorais no interior, na qual Nabuco, imitando os liberais ingleses, os denominara por burgos podres”).²⁹

E aqui vale citar na íntegra os escritos de Nabuco para o 5º Distrito que o elegeu em 1885:

“(…) se lerdes tudo o que tenho dito e escrito sobre o movimento, vereis que nunca fui o homem dos escravos contra os senhores, mas somente da liberdade contra a escravidão, e que para mim foram sempre os interesses supremos do país: o desenvolvimento contínuo e ininterrupto da produção da segurança e influências sociais dos proprietários condição preliminar no presente da harmonia entre as duas raças que foram e continuam a ser grandes fontes da população brasileira (...) moralizar não é demolir, é consolidar e desenvolver a única riqueza que entre nós é principalmente nacional e não estrangeira – a da terra. A

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ MARSON, 2008, p. 266.

²⁹ Idem, p. 267.

emancipação sem desorganização do trabalho, como pedimos sempre, nós abolicionistas, alguns até propondo um estado intermediário de servidão da gleba, que eu rejeito, é o maior presente que um estadista brasileiro possa fazer em nossos dias à classe agrícola.”³⁰.

Esse discurso moderado de Nabuco foi dirigido aos eleitores da comarca de Nazareth, representantes do 5º distrito, isto é, aos proprietários de terras, escravos e donos de engenhos bangüês, que nesse período, como observamos, possuíam entre os maiores números de escravos da região da mata canavieira, e que, portanto, certamente, não estavam tão dispostos a aderir ao discurso abolicionista de Nabuco. Donos de engenhos bangüês, esses proprietários pretendiam empregar o fim da escravidão com pagamento de indenização. “Conforme bem expressara Milet, a emancipação esperada pelos médios e pequenos proprietários recusava o fim imediato do cativo, pois eles não podiam prescindir nem do trabalho de seus escravos nem da propriedade abundante da terra.” Sem concessões especiais de crédito do Estado intermediadas pelos Correspondentes, não levantariam empréstimos nos bancos hipotecários, não melhorariam seus engenhos e a produção de açúcar, não poderiam pagar trabalhadores livres nem aguardar a fundação de engenhos centrais como associação de produtores. Nesse quadro, a depender das bases agrárias do partido liberal em Pernambuco, o abolicionismo não teria sucesso na Província. Assim, como coloca Marson, as efetivas necessidades do eleitorado liberal do interior da Província, para quem foi fabricada a moderação desse discurso, eram incompatíveis com os princípios básicos do abolicionismo propostas por Nabuco: a supressão da escravidão e o confisco da propriedade escrava. Por conta dessa não aceitação, Nabuco decepcionado uma vez mais aqueles eleitores, voltou a pugnar fazendo oposição ao gabinete Saraiva/Cotegipe nos três meses em que atuou no Parlamento.³¹

Através das conclusões de Izabel Marson podemos compreender os motivos políticos que levaram o 5º Distrito de Pernambuco, que abrangia Nazareth, a eleger Joaquim Nabuco no pleito de 1885 e começar a entender o perfil sócio-econômico e político dos senhores que votaram contra e a favor de Nabuco às vésperas da abolição. O contraponto dos discursos de Milet e das falas no Congresso de Recife de 1878 dos representantes da classe dos grandes proprietários, traz- nos mais detalhes de uma

³⁰ “Aos senhores do 5º distrito”. *Jornal do Recife*, Recife, 26 de maio de 1885. Citado por MARSON, 2008, p. 268.

³¹ MARSON, 2008, p. 269.

atmosfera política que tem ligações diretas com as atitudes e as decisões dos senhores de engenhos da região canavieira, e especificamente, sobre as decisões políticas dos proprietários na região de Nazareth foco dessa pesquisa. Adeptos a um discurso abolicionista moderado, esses donos de escravos e proprietários de engenhos bangüês alimentavam uma estrutura social que condizia com seus discursos políticos ou às vezes se faziam ambíguos, num jogo sócio-político que revela-nos suas atitudes na macro-política, como na micro, isto é, na política cotidiana, nas relações entre eles e seus cativos, libertos e livres, e com outros proprietários. A luz das reflexões de Marson, podemos compreender também a campanha abolicionista na imprensa nazarena e nas falas de muitos proprietários a partir de 1883, bem como as intenções sócio-econômicas destes.

O eleitor da Abolição: a liberdade sob indenização e as escolhas do trabalhador

O proprietário Simão Velho, morador no Engenho Paqueviva em Nazareth, no ano de 1878 solicitou uma publicação ao Jornal do Recife, na qual narrou suas indignações sobre as invasões de “uma quadrilha de salteadores” que estavam ocorrendo na localidade e da qual a sua propriedade foi vítima.³² As acusações desse homem de tendência Liberal se encaixavam em um contexto local no qual conservadores eram acusados de protegerem criminosos e incentivarem roubos a engenhos de senhores que pertenciam a corrente política oposta.

O agricultor Simão se lastimou revoltosamente ao redator declarando que já estava sofrendo dois anos de seca com numerosa família para sustentar, segundo ele, cerca de 40 pessoas, e que de repente lhe era arrancada todos os recursos, “é a sorte que está sujeita todas as famílias do interior das 3 comarcas: Nazareth, Goyanna e Itambé”, pois para Simão, enquanto o governo da província não quisesse por um fim naquela situação, ele que fora imprevidente iria ser roubado tantas vezes os salteadores quisessem, pois: “tenho a crença de que quem deve garantir a minha propriedade é o governo de meus pais, que para isto se apossa de parte não pequena do meu trabalho, segundo porque eu mal posso sustentar a minha família, e não posso sustentar a pagar um guarda, que faça sentinella noite e dia (...).”³³

³² Artigos e correspondências do Arquivo pessoal Simão Velho Pereira Borba.

³³ Artigos e correspondências do Arquivo pessoal Simão Velho Pereira Borba.

Simão Velho participou ativamente da Revolução de 48 em Pernambuco e a partir da segunda metade dos anos 70 e nos anos 80 foi um ardoroso liberal e em defesa da Abolição. O jornal de Recife, em 1884, sob o título de “Um exemplo edificante” anunciou que Simão Velho, havia tomado um ato não apenas de generosidade humana, mas de grande importância econômica, de um elevado e “criterioso testemunho em favor da conveniência industrial da abolição”.

“agricultor de rara aptidão profissional e espírito enérgico e uma inteligência claríssima, compreendeu facilmente que na atual situação econômica do Brasil, o trabalho escravo já não é remunerador e ao contrário, já não sendo bastante para os vários serviços das propriedades Agrícolas, tornou-se incompatível com o trabalho livre que delas afugenta.”³⁴

E diante disso, tomou enérgica resolução de romper contra a rotina e acabar com a “propriedade escrava” (grifo do jornal), segundo o artigo, no intuito de conciliar os seus interesses com o direito daqueles que lhe serviam. E daí vem a reveladora parte:

“Não foi sem condição a liberdade concedida. Mas a condição imposta é certamente, além de aceitável, salutar, porque estabelece um regime transitório de trabalho obrigatório por cinco anos em semanas alternadas. Acabou com a sensala e converteu os moradores delas em moradores avulsos, que vão levantar suas cabanas à parte, constituindo de novo o lar da família liberta com economia separada e responsabilidade própria. Cada liberto se utilizará do milho, da mandioca e do feijão da última safra, que será (como seria) o sustento de todos até que possam fundar e colher a nova safra. Agricultor eminentemente prático, pensa o Capitão Simão Velho, que ser-lhe-á realmente vantajosa a fase nova de trabalho, que assim instituiu em sua propriedade”³⁵

Segundo informou o artigo, foram libertos 21 escravos, quatro dos quais sem “ônus de serviço”. Três ingênuos da Lei de 28 de setembro e maiores de 8 anos foram também dispensados da obrigação, de servir em semanas alternadas até cinco anos, ficando depois disso completamente livres. Fazia-se o contrato por um termo, com a assistência do juiz e do curador Geral de Órfãos, assinado por uma pessoa a rogo dos libertos e por duas testemunhas. Os libertos teriam sido matriculados como tais em livro preparado e escrito como determina o artigo 72 do Regulamento por Decreto no 5135 de 13 de novembro de

³⁴Artigo *Um exemplo edificante*. Jornal do Recife, 17/12/1884. Arquivo pessoal Simão Velho Pereira Borba.

³⁵Idem.

1872. No contrato se consignariam que no caso da infração por parte dos libertos se fariam efetivos as penas estabelecidas nos artigo 82 do mesmo Regulamento e 69 da Lei no 2827 de 15 de março de 1879.

A grande parte reclamante dos assaltos e da falta de atitude das autoridades competentes era composta por proprietários liberais da comarca de Nazareth. Através de Simão Velho, reconhecido por alguns conterrâneos como liberal e abolicionista, podemos constatar a mentalidade e as atitudes desses ditos liberais abolicionistas com relação a uma abolição de fato. Perceber o quanto o econômico estava falando alto nas decisões de libertar ou não seus escravos. Se num momento Simão reclamou afirmando que não tinha condições de sustentar cerca das 40 famílias que viviam em seu engenho, quatro anos depois, nada mais coerente do que passar as contas do sustento para os escravos, tendo-os ainda sob condição de prestação de serviço. De fato, a liberdade vinha em boa hora para dividir os gastos. A visão liberal desses proprietários por sua vez, influenciava diretamente na dinâmica do trabalho nos engenhos, uma vez que, propunha continuar o uso do trabalho escravo sob novas condições. Será que trabalhadores livres queriam participar desse esquema? Será que todos os proprietários apostavam nessa dinâmica? Além das visões político-partidárias que geraram conflitos, acredito que algo na prática do trabalho dos engenhos e plantações, assim como, as relações sociais estabelecidas nessa dinâmica, desagravam proprietários e trabalhadores e/ou “criminosos”. Afinal, juntamente com essa visão política e essa estratégia econômica, estava a moral senhorial que não podia entrar em jogo. O poder e o domínio de alguma forma teriam que se manter.

O discurso de Simão Velho parece condizer com ideais abolicionistas de Nabuco se não fosse a forma de alforria por ele adotada, explicitamente gradual, e com certa indenização por anos de serviço. Assim, a hipótese mais provável é que Simão e seu grupo de liberais atacados pelos “bandidos” a mando dos conservadores de Nazareth votaram em Nabuco por conta de seu discurso moderado nas eleições de 1885. Às vésperas da abolição, os Liberais, proprietários medianos que se diziam perseguidos pelos conservadores de Nazareth, apostavam num fim da escravidão gradual, com indenização e sem garantia de moradia, posturas, portanto, muito próximas das defendidas por Henri Milet anos antes.

O retrato aqui não é só de uma cultura pelo fim do cativeiro de forma lenta, sem ônus para seus proprietários, mas uma cultura política desenvolvida em cima dos discursos

aboliconistas, porém de forma moderada. Vale ainda ressaltar, que se trata de uma tendência principalmente dos médios proprietários, estes mais dependentes do trabalho escravo e com menos condições de manter trabalhadores possivelmente assalariados.

Nestas circunstâncias, isto é, a aplicação de liberdades condicionais, sob um discurso abolicionista, provavelmente proporcionaram um conjunto de relações entre senhor e escravo, em vias de se transformar, em relações entre patrões e empregados, com laços de dependência e de trocas em bases paternalistas. A constatação de que existia uma grande incidência de famílias escravas em engenhos da comarca acentua mais ainda o laço de dependência às condições de trabalho propostas uma vez que tornava mais difícil a decisão de um(a) chefe de família a largar tudo e mudar de vida após a liberdade, ou até mesmo, anteriormente a isso, propor uma fuga do cativo.

Assim, podemos ampliar e completar a constatação de Peter Eisenberg e outros autores, de que em Pernambuco houve um fim da escravidão sem grandes problemas, pois existia mão obra livre disponível e estes foram tratados quase nas mesmas condições que o trabalhador escravo, a partir de um pensamento sobre a cultura política constituída na Comarca de Nazareth, e de como esse formato cultural e político influenciou os caminhos para a constituição das identidades classistas de proprietários e trabalhadores.

Algumas considerações finais para continuar

Primeiramente, acredito que estas reflexões propõem um caminho a ser explorado. Um caminho mais complexo de observação sobre as relações de trabalho nos engenhos de açúcar nas vésperas da abolição e no período posterior, buscando ampliar o campo de investigação a respeito de como os setores sociais envolvidos com a economia açucareira foram criando identidades ou conflitos classistas.

Sugiro, por hora, que as relações entre senhores e escravos e entre patrões e empregados se faziam atreladas à própria constituição das classes dos proprietários e às relações entre si nos oitocentos, como também, às formas em que os escravos buscavam cotidianamente respirarem liberdade. No mais, questiono: como estas relações combinadas construíram caminhos alternativos para a crise do açúcar e do trabalho na zona da mata pernambucana? Dinâmicas certamente caracterizadas de forma local que nos sugerem um perfil para a sociedade brasileira como um conjunto de tipos de sociedades escravistas.

Observar, por exemplo, as discussões e os temores dos proprietários diante a crise do açúcar dos anos 70 leva-nos a refletir sobre os possíveis conflitos intra as “classes” sociais que desestruturaram a dinâmica escravista e catalisaram as transformações políticas, sociais, econômicas e culturais nas últimas décadas do século XIX. Os rachas no Congresso Agrícola do Recife em 1878 explicitaram claros sinais de que a classe senhorial não era tão homogênea. Proprietários medianos votaram em Joaquim Nabuco em 1885, mas se identificavam mais com os ideais de Henri Milet, o qual nem sempre concordava com o primeiro.

Por parte dos trabalhadores do açúcar, escravos e livres, obviamente as condições também podiam variar. Um escravo de uma propriedade mediana, com um núcleo familiar desenvolvido, provavelmente não se colocaria contra as condições impostas pelos senhores. Ou pelos menos, não aos olhos dos donos do poder. Aqui retomo a figura do folguedo do Cavalo Marinho, Parece mais não é. E não por acaso, afinal tenho evidências de que os escravos realizavam esta manifestação nos engenhos da região desde 1871, sob um grande burburinho de que seus senhores estavam pensando no fim da escravidão e na promulgação de uma tal carta de liberdade. Aos escravos era preciso apenas continuar duramente a trabalhar, e podemos completar, e nas horas vagas sambar. Com que face da moeda proprietários e escravos estavam jogando? Talvez não fosse com o mesmo lado, ao mesmo tempo.